

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.044 - SP (2019/0115007-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : Y V M R DE L (MENOR)
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUIS GUSTAVO FONTANETTI ALVES DA SILVA -
DEFENSOR PÚBLICO - SP237115
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o ora agravante foi representado pela prática de ato infracional análogo ao delito do art. 157, § 2º, II, do Código Penal (roubo majorado). O Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Jaú/SP julgou procedente a representação e aplicou a medida socioeducativa de internação, conforme a sentença de fls. 194-196.

A defesa interpôs apelação e o Tribunal de origem negou provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (fls. 249-250):

INFÂNCIA E JUVENTUDE. ATO INFRACIONAL ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE A ENSEJAR A PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. MEDIDA QUE, FRENTE À GRAVIDADE DA INFRAÇÃO, BEM COMO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS, REVELA-SE APROPRIADA E APTA A PROMOVER A RESSOCIALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE.

1. *In casu, a sentença julgou procedente a representação pela prática de ato infracional equiparado ao delito tipificado no art.157, § 2º, II, do Código Penal, e aplicou ao adolescente a medida socioeducativa de internação.*

2. *Materialidade e autoria suficientemente comprovados pelo arcabouço probatório robusto.*

3. *Confissão é meio de prova de extrema relevância, sobretudo quando confirmada pelas demais provas produzidas.*

3. *Palavra da vítima é de suma importância na resolução de atos infracionais desta.*

4. *O art. 122, I, do ECA autoriza, em tese, a imposição da medida socioeducativa de internação nos casos de roubo, uma vez que o ato infracional é praticado mediante grave ameaça ou violência contra pessoa.*

Superior Tribunal de Justiça

5. Já as circunstâncias do caso concreto, aliadas às condições pessoais do apelante, revelam que medida de internação é a mais adequada ao panorama, respeitado o princípio da excepcionalidade.

6. Recurso não provido.

Na sequência, a defesa interpôs recurso especial, no qual alega violação dos arts. 112, § 1º, 121 e 122, I, II e III, e § 2º, da Lei n. 8.069/1990 e 35 da Lei n. 12.594/2012.

Sustenta, em síntese, que a medida socioeducativa de internação somente é aplicada em caráter excepcional, sendo que apenas a gravidade do ato infracional não autoriza a imposição automática da medida mais severa.

Assevera que *"a medida de internação foi imposta ao Recorrente sem motivação idônea, baseada na gravidade da infração e em circunstâncias genéricas, o que a torna manifestamente ilegal"* (fl. 280), e não se justifica a sua manutenção após mais de 4 anos do ocorrido.

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista a incidência da Súmula n. 7 desta Corte.

Contraminuta às fls. 317-322. O Ministério Público Federal pelo desprovimento do agravo (fls. 338-344).

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo em recurso especial, visto que atacado o fundamento da decisão agravada.

O recurso não merece provimento.

A medida socioeducativa de internação foi aplicada pelo Tribunal de Justiça de origem em razão do cometimento do ato infracional análogo ao crime de roubo mediante violência, além da reiteração da conduta infracional, conforme o seguinte trecho:

Quanto à medida socioeducativa aplicada, não há que se falar em excesso nem em substituição por outra mais branda. O crime roubo é de natureza grave e contém a violência ou a grave ameaça à pessoa como elementos do crime. Assim, o ato infracional a ele equiparado perfaz, de pronto, a hipótese do art. 122, I, do Estatuto da Criança e do Adolescente, permitindo a aplicação da medida de internação.

Superior Tribunal de Justiça

E, no caso concreto, a conduta foi extremamente grave, posto que cometido em concurso de agentes e com violência real, o que incrementa a ação e revela desvio de comportamento fora do comum.

Além disso, o adolescente registra antecedentes (fls. 85/88), o que confirma que ele está gravemente envolvido com o meio infracional e sugere que intervenções mais brandas não dariam conta de seu elevado déficit socioeducativo.

Diante de todos esses aspectos, não é a internação excessiva nem abusiva, mas, para o momento, a mais adequada à reabilitação do adolescente e ao resgate de valores e limites que a vida em sociedade exige.

A prematura opção pela delinquência é reveladora dos desvios comportamentais do adolescente, de modo que somente com a internação será submetido à necessária orientação pedagógica por pessoas especializadas, de maneira a viabilizar a ressocialização, sobretudo pela consideração dos benefícios decorrentes do pronto afastamento da nociva influência de más companhias, bem como do uso de drogas, palcos perenes para a oportunidade infracional (fl. 254).

Nos termos do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a medida socioeducativa de internação é possível somente nas seguintes hipóteses: a) pela prática de ato infracional mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa; b) pela reiteração no cometimento de outras infrações graves; ou c) em razão do descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente imposta.

No presente caso, constata-se que a conduta consistiu em ato infracional praticado mediante violência contra a pessoa e na reiteração infracional do adolescente, o que autoriza a imposição da medida socioeducativa de internação, nos termos da legislação de regência, qual seja, o art. 122, I e II, da Lei n. 8.069/1990.

Portanto, ao contrário do alegado, a necessidade da aplicação da medida socioeducativa mais severa resta devidamente justificada, de modo que o entendimento do acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior. Nessa linha:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES. ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE HABEAS CORPUS. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. POSSIBILIDADE. ART. 122,

Superior Tribunal de Justiça

INCISO I, DA LEI N. 8.069/90. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. O acolhimento do pedido da defesa de análise quanto à absolvição do ato infracional equiparado ao delito de roubo majorado demanda o reexame aprofundado de provas, inviável em habeas corpus. Ademais, com base nas provas dos autos, na confissão do paciente e nos depoimentos da vítimas, sobretudo nas circunstâncias do delito, em que o paciente foi apontando como o autor do ato infracional, onde anunciou o assalto e, portando o simulacro de arma de fogo, tomou os pertences das vítimas, as instâncias ordinárias entenderam que o adolescente praticou o ato infracional equiparado ao roubo.

3. O ato infracional análogo ao delito de roubo majorado, conduta praticada mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa, autoriza a imposição de medida socioeducativa de internação, de acordo com o disposto no art. 122, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Precedentes.

Além do mais, o Magistrado sentenciante ressaltou que o paciente evadiu-se da unidade socioeducativa CENIP Recife/FUNASE, o que reforça a fundamentação de que o adolescente não tem perfil para cumprimento de medidas em meio aberto.

4. Habeas corpus não conhecido (HC 457.023/PE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 17/12/2018).

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO CAPITULADO NO ART. 157, § 2º, INCISOS I E II, DO CÓDIGO PENAL. INTERNAÇÃO. ATO COMETIDO MEDIANTE CONCURSO DE AGENTES E USO DE ARMA DE FOGO. INCIDÊNCIA DO ART. 122, INCISO I, DO ECA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A medida socioeducativa de internação está autorizada nas hipóteses taxativamente previstas no art. 122 do ECA (v. g. HC 291.176/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 21/8/2014).

2. Existe a incidência da hipótese prevista no inciso I do art. 122 do ECA, quando o menor cometeu o ato infracional, equiparado ao delito de roubo majorado, em concurso de agentes e com grave ameaça a pessoa, consubstanciada no uso de arma de fogo, sendo razoável e proporcional a imposição da medida socioeducativa de internação.

3. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 856.985/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 26.2.2016).

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO PRÓPRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. INTERNAÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. REITERAÇÃO NO COMETIMENTO DE ATO INFRACIONAL E DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA ANTERIOR. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA JUSTIFICADA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

- A teor do art. 122, incisos I e II, do ECA (Lei n. 8.069/1990), tanto a reiteração no cometimento de infrações graves quanto o descumprimento de medidas anteriormente impostas são capazes de ensejar a aplicação da medida socioeducativa de internação.

- Consoante o enunciado da Súmula n. 492 do STJ, o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente.

- Esta Quinta Turma, seguindo a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, entende que não é necessário, por ausência de previsão legal, o número mínimo de 3 (três) atos infracionais anteriores para caracterizar a hipótese prevista no inciso II do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, desde que vislumbrada a imprescindibilidade da medida de internação, considerando-se o caso concreto. Precedentes.

- No caso, a internação não foi estabelecida com lastro na gravidade abstrata do ato infracional equiparado ao delito de tráfico de entorpecentes, mas, sim, diante da reiteração da prática do mesmo ato infracional e do descumprimento de medida de liberdade assistida anteriormente estabelecida, o que justifica a imprescindibilidade da medida socioeducativa aplicada, nos termos do art. 122, II, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Precedentes.

- Habeas corpus não conhecido (HC 383.127/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 14/03/2017).

Incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do STJ.

O tema referente ao artigo 35 da Lei n. 12.594/2012 não foi objeto de deliberação pelo Tribunal *a quo*. Contra o acórdão proferido em sede de apelação não foram opostos embargos de declaração a fim de se discutir a matéria. Carece, assim, o presente apelo extremo do requisito indispensável do prequestionamento, incidindo, na hipótese, as Súmulas ns. 282 e 356 do STF. Confira-se:

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. PLEITO DE RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO

Superior Tribunal de Justiça

ESPECÍFICO DA MATÉRIA. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS N. 282 E 356/STF. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE.

1. Os embargos de declaração, como se infere da redação do artigo 619 do Código de Processo Penal, supõem defeitos na mensagem do julgado, em termos de ambiguidade, omissão, contradição ou obscuridade, isolada ou cumulativamente.

2. Existência de omissão no acórdão embargado quanto à análise do pleito de reconhecimento da confissão espontânea.

3. Acerca da quaestio, porém, não houve debate de forma específica pelo Tribunal a quo e nem a oportuna provocação por meio de embargos de declaração. Em tal particularidade, ausente o necessário requisito do prequestionamento (Súmulas n. 282 e 356/STF), fica impossibilitado o exame da matéria por esta Corte.

4. Outrossim, tal empecilho somente poderia ser suplantado caso se verificasse flagrante ilegalidade no ponto, o que não se observa na hipótese dos autos.

5. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos infringentes, para tão somente sanear omissão no acórdão embargado (EDcl no AgRg no AREsp 1.263.243/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 01/08/2018).

Diante do exposto, conheço do agravo e com fundamento na Súmula n. 568/STJ, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator